

---

# SER Social

CRISE AMBIENTAL E LUTAS SOCIAIS  
Brasília (DF), v. 26, nº 52, janeiro a julho de 2023

---

## A “questão ambiental” na realidade brasileira contemporânea

*The “environmental issue” in the contemporary brazilian reality*  
*La “cuestión ambiental” en la realidad brasileña contemporánea*

Nailsa Maria Souza Araújo<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0000-0002-5908-2632>

Millena de Farias Lima<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0003-3451-4459>

Recebido em: 05/09/2022  
Aprovado em: 08/11/2022

**Resumo:** O presente artigo almeja apontar elementos acerca dos fundamentos da “questão ambiental” e de suas expressões no contexto do capitalismo neoliberal/ultraliberal, além de algumas das respostas que lhe são dadas na particularidade do Brasil desde a década de 1970 até os dias atuais. O método de abordagem foi o materialismo histórico-dialético, oriundo das obras de Marx, que fundamentou a pesquisa bibliográfica realizada, pois possibilita o conhecimento da realidade

---

1 Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutora em Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS/UFS). E-mails: <nayaraujo5@yahoo.com.br> e <nailsa68@academico.ufs.br>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0736366209736415>>.

2 Graduanda de Serviço Social. Discente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. E-mails: <millenadefarias@gmail.com> e <millenafariass@academico.ufs.br>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4905313579717410>>.

concreta (pensada), indo além das aparências para alcançar a essência dos fenômenos. A investigação foi bibliográfica e qualitativa. Este trabalho tem por objetivo compreender as expressões da “questão ambiental” na realidade contemporânea do Brasil. Os resultados obtidos mostram que, dentro da lógica capitalista de exploração da natureza, é impossível eliminar as expressões da “questão ambiental” e que, apesar dos avanços na esfera ambiental no Brasil, os últimos anos representaram enormes perdas e desmontes em relação à natureza.

**Palavras-chave:** “questão ambiental”; Brasil; neoliberalismo; realidade contemporânea.

**Abstract:** This article aims to point out elements about the foundations of the “environmental issue” and its expressions in the context of neoliberal/ultraliberal capitalism, as well as some of the answers given to it in the particularity of Brazil from the 1970s to the present day. The method of approach was the historical-dialectical materialism, originating from the works of Marx, which founded the bibliographic research carried out, as it allows the knowledge of the concrete reality (thought), going beyond the appearance to reach the essence of the phenomena. The investigation was bibliographical and qualitative. This work aims to understand the expressions of the “environmental issue” in the contemporary reality of Brazil. The results we arrived at show that within the capitalist logic of exploitation of nature it is impossible to eliminate the expressions of the “environmental issue” and that despite advances in the environmental sphere in Brazil, recent years have represented enormous losses and dismantling in relation to nature.

**Keywords:** “environmental issue”; Brazil; neoliberalism; contemporary reality.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo señalar elementos sobre los fundamentos de la “cuestión ambiental” y sus expresiones en el contexto del capitalismo neoliberal/ultraliberal, así como algunas de las respuestas dadas a ella en la particularidad de Brasil desde la década de 1970 hasta la actualidad. El método de abordaje fue el materialismo histórico-dialéctico, con origen en los trabajos de Marx, que fundamentó la investigación bibliográfica realizada, ya que permite el conocimiento de la realidad concreta (pensamiento), yendo más allá de la apariencia para llegar a la esencia de los fenómenos. La investigación fue bibliográfica

y cualitativa. Este trabajo tiene como objetivo comprender las expresiones de la “cuestión ambiental” en la realidad contemporánea de Brasil. Los resultados a los que arribamos muestran que dentro de la lógica capitalista de explotación de la naturaleza es imposible eliminar las expresiones de la “cuestión ambiental” y que a pesar de los avances en el ámbito ambiental en Brasil, los últimos años han representado enormes pérdidas y desmantelamiento en relación a la naturaleza.

**Palabras clave:** “cuestión ambiental”; Brasil; neoliberalismo; realidad contemporánea.

## INTRODUÇÃO

Na conjuntura de ampliação da degradação do meio ambiente, tanto no Brasil quanto nos demais territórios do mundo, sobretudo a partir da década de 1970, questões em torno dessas problemáticas têm se tornado cada vez mais recorrentes.

No capitalismo, o movimento da produção de mercadorias estabelece a apropriação gradativa dos recursos naturais em escala superior ao período de que a natureza necessita para se restabelecer. É a partir da superprodução de mercadorias para atender às necessidades da produção globalizada e da extração exacerbada de bens naturais que é ocasionada a “questão ambiental”. Segundo Costa (2019), as bases da formação e da agudização desta são resultantes da conformação destrutiva da produção capitalista de mercadorias.

No Brasil, problemáticas em torno da “questão ambiental” passaram a compor a agenda política e têm encontrado desdobramentos. Com a economia baseada na produção primária, notadamente nas *commodities* agrícolas e minerais, a hiperexploração dos recursos naturais no país se agudiza. Desdobramentos como queimadas e desmatamentos são cada vez mais frequentes e acabam provocando desastres ou mesmo crimes ambientais. Apesar de alguns esforços, as respostas dadas em torno dessa problemática muitas vezes foram e são inadequadas e inócuas.

O presente artigo tem por objetivo geral compreender as expressões da “questão ambiental” na realidade contemporânea do Brasil. Para isso, procura fazê-lo ao apreender a discussão acerca da relação entre a sociedade e a natureza no capitalismo e ao conhecer os principais aspectos da destrutividade ambiental no país.

Os fundamentos metodológicos advêm do materialismo histórico-dialético, método que possibilita progredir gradativamente nas investigações, obter reflexões lógicas e entender as contradições constituintes da totalidade das relações concernentes à problemática. O trabalho se baseia em pesquisa bibliográfica, que é realizada a partir da leitura de livros e artigos científicos, e também é orientado por pressupostos de pesquisas qualitativas de coleta e análise de dados documentais.

## **1. A relação sociedade-natureza no capitalismo, a crise e a destrutividade ambiental**

A relação entre a sociedade e a natureza, segundo Marx (2013), mediada pelo trabalho produtor de valores de uso, é fundante do ser social. A relação entre a humanidade e a natureza é fundamental para que a primeira permaneça viva, já que a natureza tem papel essencial no processo de formação e reprodução do ser social. Ao contrário da relação entre os demais seres vivos e a natureza, que é estabelecida geneticamente, a relação entre a sociedade e a natureza vai além das necessidades comuns do reino estritamente animal: é uma relação de transformação, com o intuito de satisfazer necessidades sociais, garantindo a reprodução da espécie e de seu modo de vida. De acordo com Costa e Araújo (2020, p. 101-102):

[...] o sociometabolismo inerente à relação homem-natureza constitui um determinado equilíbrio entre o homem e o meio ambiente, já que a existência da humanidade é condicionada pela existência da natureza, com a qual o homem necessita manter um intercâmbio contínuo para garantir a produção e a reprodução de sua vida material e espiritual. Isso é, exatamente, a chamada relação metabólica entre o homem e a natureza, a qual é mediada pelo trabalho – categoria fundante do ser social.

O trabalho é uma relação entre o homem/a mulher e a natureza. Aqueles, por sua vez, a partir da sua ação, atuam e dominam seu metabolismo com a natureza, colocando em movimento sua força para se apropriar da matéria natural, com o intuito de transformá-la em algo útil para a sua vida. Para a constituição do ser social, o trabalho foi e é fator fundamental no processo histórico de humanização, possibilitando

a diferenciação entre o ser social e o ser natural. Ao modificar a natureza, o ser humano também se transforma (MARX, 2013). O trabalho implica, então, uma relação entre a prévia ideação e a realidade concreta, já que, para se obter uma finalidade, é necessário idealizá-la de forma prévia, com o intuito de definir instrumentos que tornem possível sua realização.

Sabe-se que o capitalismo surge a partir da desestruturação do sistema feudal e do nascimento de duas novas classes sociais: a burguesa e o proletariado. Esse processo de transição do feudalismo para o capitalismo, assim como o nascimento dessas novas classes, se deu pela modificação do setor produtivo e pelas relações de trabalho, sendo resultado de um processo histórico operado entre os séculos XV e XVIII, constituído, entre outras tantas características, pela “acumulação primitiva ou originária”, que é a “pré-história do capital e do modo de produção” (NETTO; BRAZ, 2012)<sup>3</sup>.

Foi a partir de dois processos – a pilhagem das colônias e o cercamento de terras comunais – que a propriedade privada e a expropriação dos produtores diretos começaram a reconfigurar a relação entre a sociedade e a natureza e a apropriação da riqueza produzida em sociedade. Desta forma, define-se quem tem ou não acesso à riqueza produzida socialmente, demarcando duas classes antagônicas: a detentora privada dos meios de produção e a que não os possui, dando origem ao trabalho assalariado. Com isso, o trabalhador tornou-se proprietário apenas de sua força de trabalho, a qual vende como mercadoria a ser inserida no processo de trabalho capitalista. Os produtos daí advindos são valores de troca, propriedades dos capitalistas (COSTA; ARAÚJO, 2020, p. 107-108).

O capitalismo se desenvolveu em três fases: o capitalismo mercantil, o concorrencial e o monopolista ou imperialista. São períodos de amadurecimento do sistema do capital, de seu espraiamento pelos territórios e, ao final, de seu pleno domínio/hegemonia. Com bases marxianas, é possível afirmar que é durante as etapas concorrencial e monopolista/imperialista (esta última iniciada em 1890, quando o capital bancário e o capital industrial se fundem e dão origem a uma nova forma de capital: o capital financeiro) que se pode identificar o início do processo de “falha metabólica”.

---

<sup>3</sup> De acordo com os autores, a acumulação primitiva primária ocorreu ainda no interior do regime feudal, criando as condições fundamentais para o surgimento do modo de produção capitalista: a expropriação e a exploração do trabalho pelo capital.

O estágio monopolista, compreendido como a terceira fase do capitalismo, foi consolidado com a I Guerra Mundial e estabelecido na produção industrial por meio da articulação de formas específicas das atividades econômicas, tendo como características principais fatos que remetem à Segunda Revolução Industrial. Dentre outras características importantes que constituem esse estágio, notam-se a descoberta do petróleo como fonte de energia, a evolução nos transportes e a indústria automobilística, os acordos entre os grandes monopólios (que seriam as empresas multinacionais) e a intervenção do Estado na economia, que contrariava o pensamento liberal-conservador, com as chamadas “políticas keynesianas”.

A instituição do modo de produção capitalista, particularmente em suas fases industriais, baseado na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da natureza e do trabalho assalariado como mercadoria, permite que se compreendam as transformações radicais na relação humanidade-natureza e, por conseguinte, seus elevados níveis de desequilíbrios ecológicos, que instituem a assim chamada “falha metabólica”.

Nas palavras de Foladori (2008, p. 200), a falha metabólica é a “[...] ruptura do metabolismo da sociedade humana com a natureza externa”: se refere à característica da sociedade capitalista de provocar uma repentina separação entre o campo e a cidade. Essa divisão permite que se concentrem nas cidades a matéria-prima, a população, a infraestrutura, o maquinário e o consumo. Tal ruptura causa o distanciamento da matéria-prima do seu lugar de origem, ocasionando o desperdício e o rompimento com o metabolismo natural. Antes do modo de produção capitalista, era possível haver equilíbrio na relação metabólica, pois, para a produção de valores de uso, utilizava-se e retirava-se da natureza apenas o necessário e também acontecia a devolução de nutrientes ao solo, na forma de rejeitos.

A conjugação entre exploração-expropriação/degradação do trabalho e da natureza caracteriza a dinâmica essencial do desenvolvimento do capitalismo desde a sua conformação inicial e tem manifestações consideráveis na atualidade, com o crescimento da “acumulação por expropriação” (HARVEY, 2004). Tal dinâmica diz respeito a mudanças contemporâneas na divisão internacional do trabalho, aprofundando a dominação dos países periféricos pelos países de capitalismo central, o que faz aumentar as desigualdades entre as nações e torna a exploração

dos recursos naturais catastrófica. A “acumulação por despossessão”, no Brasil, enquanto país periférico, produtor de bens primários que contribui para a expansão capitalista no novo imperialismo, pode ser demonstrada pela

[...] existência de uma riquíssima biodiversidade, de uma força de trabalho barata, abundante e com baixo poder de organização sindical e política, de uma regulação ambiental frouxa e frágil, [que] coaduna-se com a mais recente recomposição das forças políticas neoconservadoras e reacionárias, que, ao assumirem os poderes de Estado para implantação das programáticas ultraliberais, oferecem o espectro desejável e necessário ao pleno desenvolvimento tanto da exploração do trabalho e espoliação dos bens naturais quanto da intensa mercantilização financeira da natureza (ARAÚJO; SILVA, 2021, p. 13).

Quando se analisam as fases ou etapas do desenvolvimento do capitalismo, é importante ressaltar que este é oriundo da história de uma sucessão de crises econômicas. As crises capitalistas atravessam séculos. Após a II Guerra Mundial, o capitalismo monopolista vive um período caracterizado pela produção em massa, pelo consumo de massa e pelo crescimento deste consumo, designado de fordismo-keynesianismo. Tal período histórico, aclamado como “anos dourados” do capitalismo, adotou políticas keynesianas, conquistou taxas de crescimento econômico “amplas e estáveis” e ampliou a qualidade de vida de importantes frações da classe trabalhadora. A ideologia burguesa e reformista identificou, assim, que as crises haviam sido controladas, afinal. Contudo, tratou-se de uma realidade parcial e localizada, porque não se repetiu no período seguinte (NETTO; BRAZ, 2012), já que não foi uma característica de todas as sociedades capitalistas, concentrando-se na Europa ocidental e nórdica.

Diferentemente das crises pré-capitalistas, que ocorriam em virtude da subprodução de valores de uso, as crises do modo de produção capitalista são de superprodução de valores de troca. O que se sucede é que a oferta de mercadorias e de capital se torna maior do que a sua demanda, tornando inviável a realização da mais-valia ou de parte dela na circulação, o que vem a provocar uma interrupção do processo de acumulação.

As crises são resultantes da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista, pois ao mesmo tempo em que expressam a própria contradição inerente a tal sociabilidade manifestam, ainda, seu desequilíbrio e sua instabilidade, criando condições para um novo *auge* e, conseqüentemente, para um novo ciclo. Desse modo, perpetuam a reprodução e a ampliação de tais contradições. Não seria de surpreender, portanto, que – com a concepção de crise aqui sustentada – os chamados anos gloriosos do capitalismo avançado chegassem ao fim. Segundo Mézáros (2002, p. 788-789), esse cenário que assola os países numa escala mundial constitui uma crise estrutural do capital, que se caracteriza por afetar a totalidade do corpo social.

A crise estrutural do capital não afeta apenas o setor econômico, mas incide sobre todos os complexos sociais, provocando desmontes. Verbas são cortadas e direitos são negados. Na crise estrutural, é posta “[...] em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 789).

Posto tal cenário, a burguesia toma iniciativas e oferece saídas, dentre as quais a implantação da programática neoliberal, que se caracteriza por “um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam tirar o capitalismo da crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem global do capital em queda” (PANIAGO, 2008, p. 2). É um projeto que defende medidas de liberalização e desregulamentação dos mercados, aumento exacerbado da produção de mercadorias e, conseqüentemente, uso sem precedentes de bens não renováveis, ao mesmo tempo em que apoia a austeridade nos gastos sociais, ou seja, enquanto dá liberdade contínua para o capital, procura restringir os direitos sociais.

A partir da década de 1990, nos países periféricos, o Estado promoveu a abertura dos mercados e deu acesso ao capital privado a atividades antes de responsabilidade do setor público. Para tanto, empresas estatais são privatizadas, funções públicas são transferidas para o setor público não estatal e operam-se inúmeras contrarreformas para uma dada desresponsabilização do Estado no tocante às políticas sociais, com o favorecimento do terceiro setor. *Pari passu*, dá-se o enfraquecimento da capacidade de organização e de luta da classe trabalhadora, por meio do ataque aos direitos, do desemprego, do trabalho precarizado, do arrocho

salarial, bem como da redução do poder de compra, com a inflação<sup>4</sup> (Idem, *Ibidem*).

Nessa conjuntura de crise estrutural do capital e de implementação do projeto neoliberal, a destrutividade ambiental assume tendência ascendente, acarretando também o aprofundamento e a ampliação da falha metabólica. A reprodução, de forma ampliada, característica desse modo de produção, demonstra – nesse período de crise estrutural e de mundialização financeira – “um conjunto de novas determinações na relação humanidade-natureza, com severos impactos ambientais e sociais” (ARAÚJO, 2021, p. 12). Com o processo de globalização neoliberal, há a exacerbação da “questão ambiental” em níveis alarmantes de devastação ambiental e de mercantilização da natureza.

No que se refere à expansão do capitalismo nos “anos dourados”, houve mais expressões destrutivas da natureza, em virtude da ampliação da urbanização, com enorme geração de dejetos e o uso mais intensivo dos recursos naturais, que explodiram hoje na problemática particular do capitalismo neoliberal. No tempo presente, a destrutividade ambiental acaba ganhando maiores proporções, já que houve ampliação da extração de recursos naturais, especialmente os não renováveis. Esses efeitos não atingem as classes sociais de forma igual, visto que a classe trabalhadora sofre as maiores consequências, por ter a sua reprodução física ameaçada pela “crise ambiental”, devido ao consumo desigual dos recursos naturais, já que estes se encontram escassos e mercantilizados.

Algumas das expressões mais impactantes da crise ambiental são geradas a partir da obsolescência programada e do desperdício. As estratégias adotadas pelo capitalismo para minimizar as expressões da “questão ambiental” são variadas, embora em grande parte mercantis, técnicas e ineficazes. Observe-se o exemplo da chamada “modernização ecológica”, que “[...] propõe conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso [...]” (ACSELRAD, 2009, *apud* COSTA, 2019, p. 50). Veja-se também a estratégia de “desenvolvimento sustentável”, que para Costa (2019) é uma “[...] proposta reformista que visa contribuir para a manutenção e perenidade desse modo de organização da vida social”. As respostas do capital, concentradas nessas e em outras estratégias

---

4 Isso não significa dizer que tais medidas serão implementadas de maneira idêntica em todos os países, pois a correlação de forças da luta de classes é um fator preponderante.

(consumo consciente, economia reversa etc.), são formas de falsear ou esconder a real problemática a partir de soluções fenomênicas.

## **2. As expressões particulares da “questão ambiental” na realidade brasileira contemporânea**

A exploração de bens naturais de forma predatória sempre esteve presente enquanto particularidade dos negócios econômicos do país, desde o Brasil colônia até os dias atuais. Apesar do uso perdulário dos recursos naturais, a “questão ambiental” só se transfigurou em preocupação política há pouco tempo e passou a compor a agenda dos grandes problemas nacionais. O caráter destrutivo da natureza exercido pelo capital no Brasil, enquanto país periférico, tem suas raízes seja na acumulação primitiva de capital a serviço da metrópole, seja no desenvolvimento tardio do capitalismo. Segundo Vieira (2020), os processos de exploração e degradação ambiental no Brasil foram acentuados, no processo em que o modo especificamente capitalista de produção e organização social se instalava no país.

É a partir da década de 1930 que se abre o período de real expansão industrial no Brasil, com a exploração do petróleo, a produção de fontes de energia a partir do álcool e a implementação de hidrelétricas, características que vão acentuando-se ao longo das décadas seguintes. Mas é na contemporaneidade, com a reestruturação produtiva do capital enquanto dispositivo de saída da crise estrutural de meados de 1970, que é gerada “[...] uma série de estratégias pelas quais se configuraram novas formas de exploração, [...] o que demandou a intensificação do uso de recursos ambientais em prol da manutenção do desenvolvimento econômico [...]” (VIEIRA, 2020, p. 150). Tais estratégias da geopolítica mundial acabam ocasionando a flexibilização das relações trabalhistas, processos de privatizações, a liberalização comercial e a desregulamentação financeira.

A degradação ambiental, a partir da década de 1970, gerada pelo acelerado desenvolvimento econômico e urbano do período anterior, começou a ocupar espaço cada vez maior nos meios de comunicação, bem como tornou-se preocupação da opinião pública, sensibilizando vários grupos, além do próprio Estado, para a defesa do meio ambiente. Apesar disso, como mostram Loureiro e Pacheco (1995), a Conferência

das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, no ano de 1972, marcou o posicionamento do Brasil e de outros países subdesenvolvidos no que diz respeito às questões ligadas ao meio ambiente, de forma a respaldar a prioridade do “progresso acelerado” em oposição ao interesse da preservação ambiental. A realização da Conferência e a controvérsia gerada pelo posicionamento do governo brasileiro, todavia, dissonavam do debate internacional, levando a mudanças no quadro nacional logo na sequência.

[...] Mesmo que de forma lenta e frágil, a realização do encontro de Estocolmo foi um marco na institucionalização dos problemas ambientais no Brasil. Desde então, alguns temas são recorrentes no discurso do governo brasileiro sobre a questão ambiental: a necessidade de articular a temática ambiental às metas de desenvolvimento; o temor quanto à ingerência estrangeira nos assuntos internos do país; a crítica aos países industrializados, maiores poluidores e, ao mesmo tempo, resistentes a mudanças na ordem econômica internacional. É neste quadro que tem início, no âmbito governamental, a criação de órgãos explicitamente envolvidos com o controle e regulamentação do meio ambiente (LOUREIRO; PACHECO, 1995, p. 138).

No contexto brasileiro, em consonância com o internacional, a defesa do meio ambiente encontrava-se limitada a determinadas parcelas sociais até os anos de 1970. As reivindicações refletiam finalidades específicas, incluindo, por exemplo, “[...] manifestações de protesto contra o acordo nuclear Brasil-Alemanha, a poluição em Cubatão, o desflorestamento da Amazônia, o uso abusivo de agrotóxicos, denúncias da destruição de outros recursos naturais por parte de grupos econômicos poderosos [...]” (LOUREIRO; PACHECO, 1995, p. 138). Além dessas finalidades, também existiam movimentos em defesa da preservação de florestas e de espécies em extinção.

O Brasil, na década de 1980, por ter desacelerado o seu desenvolvimento industrial e por não ter completado o seu processo de industrialização pesada, sofreu consequências decorrentes da crise que se instaurou na década anterior e que estão postas até a atualidade. Como exemplos, podem ser citadas a desindustrialização e a reprimarização econômica. Tais fatores levaram a economia brasileira à dependência

da produção de *commodities* agrícolas e minerais voltadas para a exportação (VIEIRA, 2020).

O referido modelo fundado nas *commodities*, que realmente tem impacto reprimarizador na economia nacional, é apresentado como uma “fuga” para a crise econômica brasileira, o que explica, por sua vez, o interesse deste modelo de produção – que se baseia também na exploração intensiva de latifúndios – em espaços com vasta extensão territorial e de riqueza natural. Ademais, há uma flexibilização das leis e impostos, como parte das estratégias do Estado neoliberal, que estimula a apropriação dos recursos, facilitando assim a entrada desses capitais nos países que ainda possuem recursos naturais em abundância (ARAÚJO, 2020, p. 129).

A perspectiva ambiental na década de 1980 se disseminou por vários níveis e espaços sociais. Diversos partidos, sindicatos e movimentos sociais começaram a inserir a “questão ambiental” em suas ações. Além disso, pesquisas sobre o meio ambiente ganharam espaço nas universidades, bem como a incorporação do tema em estratégias de *marketing* empresarial e o surgimento do mercado ambiental etc. Já na esfera política, em 1982, os “verdes” passaram a ter espaço nas disputas eleitorais. Além disso, na Constituição de 1988, foi inserido um capítulo sobre o meio ambiente, decorrente dos debates ambientais, que estavam em alta.

Entre 1995 e 2003, o Brasil foi governado por Fernando Henrique Cardoso. O então presidente efetivou o neoliberalismo no país e estabeleceu os processos de privatizações, controle fiscal e contrarreformas do Estado. Entre 1990 e 2000, as estratégias de Estado estavam fundamentadas na recolocação do Brasil no bojo da divisão internacional do trabalho. O avanço do capital internacional sobre a natureza de forma destrutiva se aprofundou sob a gestão de FHC, já que o país voltou à clássica posição de exportador de matérias-primas e recursos naturais, o que acarretou enormes impactos ambientais, tais como o crescimento do índice de desmatamento na Floresta Amazônica e na Mata Atlântica, além de queimadas por toda a extensão do território nacional etc.

O Brasil, país de economia subalterna na dinâmica do mercado global capitalista, uma vez passadas as décadas industrializantes (bem como o seu fracasso), volta a ter por base econômica a exploração e

exportação de matérias-primas. Acosta (2016, p. 48) afirma que todos os países que possuem abundância de recursos naturais acabam fadados a ficar às margens da economia mundial, sendo sentenciados como “pobres” e mais atrasados. Segundo o autor, “esses países estariam presos a uma lógica perversa, conhecida na literatura especializada como ‘paradoxo da abundância’ ou ‘maldição dos recursos naturais’”. No entanto, a saída ora encontrada para tal “casualidade” é a intensificação de projetos neoliberais.

As nações que têm suas bases econômicas no extrativismo ou na produção de *commodities* são reconhecidas como as que mais vivenciam os ônus dos impactos ambientais. Ainda de acordo com Acosta (2016, p. 50), as atividades econômicas baseadas no extrativismo se referem “[...] às atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam sobretudo à exportação”. Diante da saída neoliberal, a destrutividade ambiental e os destroços que são gerados a partir do extrativismo são encarados enquanto “[...] custos inevitáveis para se alcançar o desenvolvimento” (Idem, *Ibidem*, p. 49). O chamado neodesenvolvimentismo faz parte do conjunto das reações neoliberais na economia brasileira. Sabe-se que o neodesenvolvimentismo nacional e dos demais países da América Latina está ligado diretamente ao neoextrativismo, que

[...] é “uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização” do capitalismo transnacional. Não apenas mantém, mas avança com “a fragmentação territorial, com áreas relegadas e enclaves extrativos associados aos mercados globais”. Consolida e, “em alguns casos, agrava os impactos sociais e ambientais dos setores extrativos”. [...] O neoextrativismo eventualmente mantém e reproduz elementos-chave do extrativismo de raiz colonial (ACOSTA, 2016, p. 66-67).

Durante os governos Lula (2003-2011), é sabido que o Estado neoliberal continuou a imperar, embora com a ideologia neodesenvolvimentista e as diferenças no jogo democrático e em alguns quadros das políticas sociais. Quanto à “questão ambiental”, havia quatro linhas que marcaram a política ambiental brasileira durante o primeiro governo Lula:

- i) promoção do desenvolvimento sustentável, não só no aspecto ambiental, mas também no social e no econômico;
- ii) controle e participação social, com a colaboração

qualificada e efetiva da sociedade nos processos decisórios; iii) fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com a gestão ambiental compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais; e iv) envolvimento dos diferentes setores do Poder Público na solução dos problemas ambientais, chamado princípio da “transversalidade”, com o meio ambiente entrando na agenda de todos os ministérios e demais órgãos públicos (KAGEYAMA; SANTOS, 2012, p. 181).

No ano de 2009, na Conferência de Copenhague, na Dinamarca (COP 15), o presidente Lula reconheceu que as nações precisavam de medidas a favor do combate ao aquecimento global<sup>5</sup>. Porém, em seu discurso, Lula argumentou sobre a necessidade de progredir na economia internacional da seguinte maneira: “[...] nós passamos um século sem crescer, enquanto outros cresciam muito. Agora que nós começamos a crescer, não é justo que voltemos a fazer sacrifício” (Idem, *Ibidem*, p. 183-184). A fala do então presidente é um tanto contraditória. O Brasil não passou um século sem crescer. Um exemplo disso é o crescimento econômico vivenciado durante o “milagre econômico” do regime militar<sup>6</sup>. Tal discurso é falso e lembra a fala do ministro Costa e Cavalcante durante a Conferência de Estocolmo em 1972, quando defendeu que o Brasil precisava se desenvolver primeiro e depois pagaria os custos da poluição.

Embora tenham sido elencadas propostas de defesa do meio ambiente durante a COP-15, os governos de esquerda no Brasil (Lula e Dilma) não tentaram mais do que a conciliação de classes, implementaram leis para a proteção ambiental e a demarcação de terras para os povos tradicionais, mas mantiveram as engrenagens da produção destrutiva do capitalismo.

A degradação ambiental, a desigualdade social e a privatização dos recursos naturais fazem parte da formação social brasileira e manifestam-se de forma intensificada a partir do processo de globalização do capital. Fato inegável, por exemplo, é a sua exacerbação no atual governo Bolsonaro e em sua pauta neofascista, “[...] que pratica uma política inofensiva aos latifúndios e extremamente predatória em relação

---

5 Em seu discurso, declarou que estava frustrado “[...] porque há muito tempo discutimos a questão do clima e cada vez mais constatamos que o problema é mais grave do que nós possamos imaginar” (LEIA, 2009, *apud* NASCIMENTO, 2020, p. 183-184).

6 Embora o crescimento econômico no Brasil durante o período ditatorial seja reconhecido como uma salvação, foi no mesmo período que houve um grande crescimento da miséria, da pobreza e das desigualdades sociais.

à agricultura familiar e aos povos tradicionais, em particular aos povos indígenas [...]” (SILVA, 2019, p. 3).

A tendência neoconservadora e ultraliberal da política brasileira nos últimos anos se expressa no aprofundamento das expressões da “questão ambiental” no país. O governo Bolsonaro é marcado por intensos desmontes quanto à preservação ambiental. Desde a sua campanha presidencial, o então candidato se posicionou contra a agenda ambiental do país, considerando as políticas de regulação ambiental um entrave para o desenvolvimento econômico brasileiro. O ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que os principais órgãos de pesquisas sobre o aquecimento global “[...] não passam de antros de ‘ideólogos’ conspiradores de esquerda” (SCANTIMBURGO, 2018, p. 107). Dentre os desmontes da agenda ambiental deste governo, estão os seguintes:

[...] um conjunto de ações que fragilizaram o Ministério do Meio Ambiente, inclusive, retirando de sua alçada as agências responsáveis pela regulamentação do setor hídrico e florestal [...], [uma] reforma administrativa que retirou a Agência Nacional de Águas do Ministério do Meio Ambiente e a transferiu para o Ministério do Desenvolvimento Regional, que passou a ter a incumbência de gerir as políticas de águas e de serviços ligados aos recursos hídricos (ANA, 2019). [...] [O] Serviço Florestal Brasileiro, criado em 2006, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, órgão responsável por gerir as florestas públicas, saiu da pasta do Ministério do Meio Ambiente e foi transferido para o Ministério da Agricultura (UNISINOS, 2019; *apud* SCANTIMBURGO, 2018, p. 108-109).

Tal quadro é motivo de preocupações de ambientalistas mundo afora e no Brasil, principalmente dos grupos sociais que são direta e indiretamente afetados pelos agravos da referida destrutividade: povos tradicionais, pescadores artesanais, trabalhadores rurais e moradores de territórios para os quais se dirige o grande capital financeiro/produtivo em busca de sobrevalorização. Pensava-se que os inúmeros desmontes na esfera ambiental teriam “[...] como consequência a imediata flexibilização em larga escala das políticas de controle do desmatamento em vigor no país” (Idem, *Ibidem*). Passado menos de um lustro, já são perceptíveis as consequências dessas ações, capazes de ocasionar um

colapso ambiental em curto prazo, com a ampliação das áreas desmatadas, dos grandes crimes ambientais, das enchentes e secas etc.

A ampliação de áreas voltadas para o agronegócio e para atividades mineradoras devido às necessidades do neoimperialismo gera inúmeras consequências, que atingem várias populações. Exemplos tenebrosos disso foram os casos do rompimento de barragens de rejeitos, como recentemente no Estado de Minas Gerais (em 2015 e 2019), geradores da morte de grande parte da fauna e da flora local e de grande número de pessoas. Ambos “desastres” foram decorrentes de crimes cometidos pela Samarco e pela Vale do Rio Doce, grupos monopolistas do ramo da extração de minérios.

Outros impactos ambientais podem ser observados no relatório “O estado do clima na América Latina e Caribe”, da Organização Meteorológica Mundial (OMM). No documento, verifica-se o quanto as mudanças climáticas estão ameaçando a saúde, a produção de alimentos, a água e os ambientes locais. As queimadas que ocorreram no ano de 2020 no Pantanal brasileiro atingiram cerca de 26% da área, causando o deslocamento de pessoas e animais, bem como a queda no fornecimento de água e energia etc. Esses incêndios causaram danos irreversíveis aos ecossistemas. A perda de áreas florestais provocou mudanças climáticas, devido à emissão de dióxido de carbono na atmosfera. Desde 2018, a bacia do Rio Amazonas vem enfrentando vastos desmatamentos, que são o efeito de incêndios criminosos para a criação de pasto para o gado. Um estudo do MapBiomas (2020) sobre a água mostra que a superfície da água no país foi reduzida em mais de 15% desde os anos de 1990, devido à dinâmica do uso da terra para fins de produção e reprodução de capital.

Segundo o G1, nos seis primeiros meses de 2021, foi registrada na Amazônia a maior área de desmatamento dos últimos 6 anos. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a Floresta Amazônica teve cerca de 20% de sua área desmatada. É válido ressaltar que, além da Amazônia, outros biomas vêm sofrendo com a política ambiental atual. É o caso do Cerrado, que vive excessivos desmatamentos, incêndios e queimadas. No Pantanal, no ano de 2020, houve um recorde no número de queimadas e cerca de 18 milhões de animais vertebrados morreram em decorrência dessa catástrofe ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos e os dados problematizados observados fazem notar que a “questão ambiental” é ineliminável no modo de produção capitalista. No capitalismo, é necessária a produção intensiva e extensiva de mercadorias, de valores de troca, passíveis de serem convertidas em mais-valia, o que não se faz sem dilapidar os dois elementos sem os quais não se produz riqueza: a natureza e a força de trabalho.

No contexto brasileiro, desde o período ditatorial até os dias atuais, a “questão ambiental” pulula. Apesar de algumas conquistas do movimento ambientalista em nível nacional durante os governos de esquerda, os últimos anos – governo Bolsonaro – representaram grandes perdas e desmontes nessa esfera. Como consequência de tal descaso, o Brasil se torna centro da produção perdulária e das atenções no que diz respeito às negligências em relação à natureza e ao meio ambiente.

Tais problemáticas levantam alertas e podem requerer a construção de concepções e propostas que se afastem das soluções eminentemente técnicas e reformistas, avançando para outras mais próximas da superação do modo de vida predatório e perdulário que é ineliminável no capitalismo. A questão que se nos impõe é a seguinte: quem são os sujeitos que assumirão esta tarefa? Muitos hoje se organizam e procuram avançar nas lutas. O Serviço Social brasileiro com estes dialoga?

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: Duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. [orgs.] **Descolonizar o imaginário**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Autonomia Literária/Editora Elefante, 2016, p. 46-87.

ARAÚJO, N. M. S. Conflitos envolvendo mineração no Brasil e em Portugal: lutas sociais em destaque. Relatório de Pós-doutorado. (Pós-Doutorado em Estudos Transdisciplinares em Desenvolvimento) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Portugal, 2020.

ARAÚJO, N. M. S.; SILVA, M. G. O metabolismo social e sua ruptura no capitalismo: Aspectos históricos e sua configuração na etapa da financeirização da natureza. **Revista Germinal**: Marxismo e questão ambiental, v. 13, nº 2, set. 2021, p. 151-173.

COSTA, J. M. A. **Conflitos socioambientais no estado de Sergipe: Natureza, elementos deflagradores e sujeitos políticos envolvidos.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

COSTA, J. M. A.; ARAÚJO, N. M. S. Questão ambiental: breve reflexão sobre seus fundamentos históricos e conceituais. In: **Estado, questão ambiental e conflitos socioambientais.** ARAÚJO, N. M. S. [Org.]. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020.

FOLADORI, G. A reedição capitalista das crises ambientais. Revista Outubro, [S.l.], v. 1, n. 17, p. 191-207, 2008.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004. ISBN: 0-19-926431-7.

KAGEYAMA, P. Y.; SANTOS, J. D. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revista Faac**, Bauru, v. 1, nº 2, p. 179-192, out. 2011/mar. 2012.

LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. **Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: Consensos e disputas (1972-92).** RAP. Rio de Janeiro. Out/dez. 1995.

MAPBIOMAS. **Superfície de água no Brasil reduz 15% desde o início dos anos 90.** [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://mapbiomas.org/superficie-de-agua-no-brasil-reduz-15-desde-o-inicio-dos-anos-90>>. Acesso em: 12 set. 2022.

MARX, K. **O Capital: para a crítica da economia política.** Vol. I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Ed. eletrônica. São Paulo: Boitempo, 2002.

NASCIMENTO, V. M. **A política externa do governo Lula para a agenda ambiental: Uma análise à luz de teorias de processo decisório.** Revista Conjuntura Global, v. 9, nº 2, 2020.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: Uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2012, v. 1 (Biblioteca Básica de Serviço Social).

PANIAGO, M. C. S. Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. **Revista Temporalis**, ano VIII, nº 15. Brasília: ABEPSS, 2008.

SCANTIMBURGO, A. O Desmonte da Agenda Ambiental no Governo Bolsonaro. **Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 103-117, jul./dez. 2018.

SILVA, A. L. **O Estado Brasileiro nas Políticas para o Meio Ambiente na década de 2000**: Notas para o debate. Brasília. 16º CBAS, 2019.

VIEIRA, T. P. dos S. Expressões atuais da questão ambiental no Brasil. *In*: ARAÚJO, N. M. S. [org.]. **Estado, questão ambiental e conflitos socioambientais**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020.